

PROPOSTAS PROGRAMA DE GOVERNO

Um Novo Caminho

“O compromisso do nosso futuro governo é desenvolver o Distrito Federal de forma sustentável e socialmente justa, promover distribuição de renda e participação social além de recuperar os serviços públicos.”

Agnelo Queiroz, candidato a governador

O programa de Governo - construído coletivamente com a militância e as instâncias do PT, bem como com os partidos da Coligação Um Novo Caminho, a sociedade e os seus setores organizados – resgata a ética na política e na gestão pública e recupera a esperança numa Brasília democrática, justa e desenvolvida para todos.

Encaminhamos os 13 macropontos programáticos da nossa coligação:

1 – Saúde

Nos últimos doze anos a saúde pública no Distrito Federal sofreu enorme retrocesso no padrão de qualidade que detinha. A negligência e a omissão do Governo do Distrito Federal em não assegurar ações e serviços públicos de saúde para a população levaram a saúde pública a ocupar as manchetes dos meios de comunicação e a um enorme crescimento do número de ações judiciais pleiteando medicamentos, internações, leitos de UTI.

O desmonte dos serviços públicos de saúde, especialmente das atenções primária e especializada, criou imenso caos na rede de serviços. Exemplos disso são:

- Estratégia Saúde da Família com apenas 5% de cobertura, trazendo graves consequências para a saúde da população (ex: surtos de dengue, de hantavirose e casos de leishmaniose), provocando o aumento de filas nos hospitais;
- falta de medicamentos básicos e insumos;
- inexistência de retaguarda laboratorial e radiológica para atender à demanda;
- desativação dos serviços de manutenção, que foram terceirizados, o que levou à queda de qualidade dos mesmos e a um maior ônus financeiro;
- defasagem de profissionais em todas as áreas;
- ausência de equipamentos e material permanente, dos mais simples aos mais sofisticados.

Quanto à gestão em saúde a situação não poderia ser mais grave: como exemplo, cita-se a privatização da gestão do Hospital de Santa Maria para uma organização social denominada Real Sociedade Espanhola da Bahia, inclusive sem processo de licitação. Além dos R\$ 130 milhões que foram investidos na construção desse hospital estão sendo gastos R\$ 28 milhões em equipamentos e repassados R\$ 222 milhões à organização, conforme contrato, por um período de dois anos.

Para os outros hospitais de caráter público, como o Hospital de Base, por exemplo, a situação financeira é outra: falta desde bandagens e esparadrapo até agulhas e seringas.

Quanto à gestão financeira, o Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal transformou-se em simples artifício contábil, já que os recursos da saúde e de outras áreas são administrados pela Secretaria da Fazenda. Esses artifícios têm permitido a manipulação de recursos e sua destinação com a lógica dos interesses da corrupção e não da saúde, onde recursos da saúde são desviados para aplicações financeiras em detrimento da saúde da população. Hoje, segundo dados do Conselho Nacional de Saúde, são mais de R\$ 250 milhões aplicados no mercado financeiro.

➤ **Reconstruindo o SUS no DF**

As diretrizes do Programa de Saúde do Partido dos Trabalhadores em 2011 fundamentam-se na ampliação do acesso, na melhoria da qualidade e da eficiência do sistema, na promoção da equidade das ações e serviços de saúde, na integralidade da atenção e na continuidade do cuidado.

A regionalização é elemento estratégico para a organização das redes de saúde e a integração entre o Distrito Federal e os municípios do Entorno, sendo necessária a sua implementação progressiva e um planejamento estratégico para execução das ações e serviços de saúde. E, também, a introdução de ferramentas de modernização e eficiência da gestão, a participação popular e o controle social, a redução das iniquidades em saúde, a racionalidade dos investimentos em infraestrutura de forma intersetorial e transversal e o monitoramento e avaliação das ações e metas estabelecidas pelo Plano Distrital de Saúde 2012/2015. Assim sendo, propõe-se:

1. REESTRUTURAÇÃO DO SUS, GARANTINDO O DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A prioridade do Governo Agnelo Queiroz será a defesa da efetivação do direito à saúde e do sistema público e o resgate dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde como a universalidade, a integralidade e a equidade. Busca-se, assim, efetivar a atenção básica bem como construir unidades hospitalares e/ou intermediárias, como Policlínicas, de acordo com as necessidades de cada uma das regiões administrativas do Distrito Federal.

Essas unidades serão capazes de receber a demanda crescente nas emergências dos maiores hospitais públicos. Isso permitirá restituir a dignidade, o respeito e a resolubilidade no tratamento das pessoas doentes, que atualmente são atendidas em macas ou no chão.

É necessário promover nova reestruturação das unidades sem romper nem o princípio de hierarquização dos serviços nem eventuais contratos já firmados com o setor privado. É

fundamental, sempre, ter em vista os interesses da população e do SUS.

2. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Serão acionados os instrumentos de controle do Estado, como a Controladoria Geral da União, a Promotoria Pública e a Câmara Legislativa Distrital para uma ampla avaliação da Gestão da Saúde no Distrito Federal, observando não apenas os aspectos contábeis, mas também a implantação e a execução das ações de saúde estratégicas e financiadas pelo Governo Federal.

Todos os gestores de unidades serão nomeados. Eles não poderão ter interesses econômicos em empresas privadas, seja em clínicas particulares, seja em laboratórios que realizem ou possam realizar exames para o SUS/DF, além de assumirem compromissos expressos compatíveis com a função.

Será realizada a modernização da gestão por meio de implantação de novos métodos e tecnologias para a modernização da máquina administrativa. Para isso, cursos de qualificação administrativa e educação permanente serão oferecidos em todos os setores. Sistemas de informação mais modernos serão desenvolvidos e ficarão à disposição do trabalhador de saúde para melhorar a gestão e da população com a finalidade de ampliar o seu acesso.

As compras da Secretaria de Saúde deverão ser feitas a partir de uma central própria. Isso tornará mais ágil a atuação da máquina administrativa.

3. PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

Compreende a promoção da qualidade de vida, a redução de vulnerabilidades e riscos à saúde, relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais. Portanto, resulta da convergência de um leque de políticas – indo do saneamento, da habitação, da educação e da cultura até as políticas voltadas para a geração de renda e emprego.

A vigilância à saúde será integrada às ações de vigilância em saúde do trabalhador, epidemiológica, ambiental e sanitária (produtos, serviços e o meio ambiente), dando maior efetividade à proteção e promoção da saúde e ao desenvolvimento ambiental sustentável. Serão

ampliadas as práticas de vigilância à saúde e combate a endemias como a dengue e tantas outras. Terão prioridade ações educativas em todas as unidades de saúde com foco na produção e promoção da saúde, como o combate ao tabagismo, a prática de atividades físicas e esportivas e ações acerca dos hábitos de vida e nutrição saudáveis. Será adotada a vigilância nos ambientes e nos processos de trabalho causadores de agravos à saúde dos trabalhadores.

O Código de Saúde do Distrito Federal será revisto e as normas de Vigilância Sanitária serão incorporadas a um texto legal mais amplo a ser promulgado.

4. REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E LINHAS DE CUIDADO

A universalização da atenção básica cuidará do usuário como um indivíduo garantindo a acessibilidade, o vínculo, a continuidade, a integralidade, a responsabilização, a humanização e a equidade. Garantirá todos os profissionais e tecnologias que possam contribuir para a preservação e cuidado a sua saúde. Será articulada em redes de atendimento e cuidado integrais onde o paciente terá como porta preferencial de entrada no sistema a Estratégia de Saúde da Família. As referências para tratamentos de maior complexidade serão encaminhadas pelas Equipes de Saúde da Família, com o cadastramento prévio das famílias, e o mais próximo possível de sua residência, tornando o tratamento menos desgastante e mais humano ao usuário.

5. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIAL: EQUIDADE EM SAÚDE

Serão empreendidos contínuos esforços rumo à inclusão de toda a população brasiliense e do Entorno no sentido de construir e implantar políticas de equidade em saúde direcionadas a populações mais vulneráveis social, econômica e epidemiologicamente: negra, do campo, indígena, em situação de rua, LGBT e pessoas com deficiências, de forma participativa e democrática.

A política de Saúde Mental contará com uma rede de serviços e equipamentos, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço de referência e tratamento com abordagem psicossocial, personalizado e promotor de vida para pessoas com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves, dependências químicas, e demais quadros que necessitem de cuidado intensivo, semi-intensivo e não-intensivo. E, também, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III). Será ampliada a cobertura ambulatorial e priorizada as políticas de prevenção e tratamento aos

usuários de drogas lícitas e ilícitas.

6. SAÚDE DO TRABALHADOR: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NO DF

A atenção integral em saúde do trabalhador se desenvolverá em todos os pontos da rede de atenção do SUS, desde a atenção primária, incluindo a Estratégia da Saúde da Família, até os serviços especializados em Saúde do Trabalhador. Cumpre ressaltar que as ações assistenciais serão integradas às atividades de vigilância em saúde do trabalhador, desenvolvidas de forma articulada com as demais áreas da vigilância em saúde.

Serão empreendidas ações de promoção e de vigilância à saúde do trabalhador de saúde e políticas que vão desde o aparelhamento da rede propiciando condições de trabalho, à criação de creches regionais, dentre outras. O Departamento de Saúde do Trabalhador (DESAT) será readequado para ser a principal referência de qualificação da rede de serviços, garantindo à promoção e a vigilância a saúde dos trabalhadores do Distrito Federal acometidos por riscos e agravos provenientes das condições, processos e ambientes de trabalho.

7. GESTÃO DO SUS: ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

O governo priorizará a participação popular e o controle público e social por meio do diálogo e escuta da população nos serviços de saúde. Fortalecerá os movimentos sociais e os conselhos de saúde, especialmente, a sua reformulação, estruturação e efetivo funcionamento, estabelecendo uma Rede de Participação Social na Saúde. Também, serão envidados esforços para a adoção de conselhos gestores em todas as unidades de saúde com poder deliberativo. Será imediatamente convocada e realizada ainda em 2011 a Conferência Distrital de Saúde, cujas recomendações subsidiarão o PPA 2012 – 2015. Além disso, o Conselho Distrital de Saúde deverá ser fortalecido e ampliado.

8. GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

A valorização dos trabalhadores de saúde terá prioridade e será criado um plano de carreiras e cargos com isonomia por grau de escolaridade. Serão feitas contratações por meio de concursos públicos abrangendo profissionais generalistas, especialistas, técnicos de nível médio e apoio administrativo, no quantitativo necessário ao pleno funcionamento dos serviços. Também, será adotada a regulação das residências multiprofissionais e por especialidades, especialmente, as de

maior necessidade para a rede. Serão priorizados os processos de educação permanente voltados aos trabalhadores de saúde focados no acolhimento da população com respeito, qualidade, resolubilidade e humanização, por meio de parcerias com as Universidades e instituições afins.

Serão apoiadas as ações de estruturação da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), com o aumento do número de vagas e de cursos oferecidos, integrando os alunos, desde o ensino, à rede pública de atenção à saúde no DF.

9. FINANCIAMENTO SOLIDÁRIO

Será cumprida imediatamente a Emenda Constitucional (EC-29), ou seja, 15%, ampliando o orçamento público do setor saúde e sendo descentralizado por região com autonomia administrativa. Também, serão estabelecidas ações prioritárias, metas e os recursos correspondentes em discussões públicas nas cidades, desse modo garantindo as necessidades da população no Plano Distrital de Saúde. Será celebrado um Termo de Gestão fundamentado no Pacto pela Saúde entre o Distrito Federal e o Entorno visando à atenção integral a essa população, bem como, o equacionamento dos custos financeiros.

10. ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Com o objetivo de aprofundar o acesso às informações de governo no setor saúde e ampliar a democracia na Gestão do SUS, serão criados espaços de manifestação dos movimentos sociais de defesa da saúde nas mídias alternativas, governamentais e de concessão pública, além de espaços interativos de natureza pública para uso dos Conselhos de Saúde do DF. Também será promovida a divulgação contínua do potencial dos serviços públicos, enfatizando o acesso universal, integral e equânime de acordo com o tipo de atendimento.

11. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

O governo irá promover o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e industrial sustentável, regulando a incorporação ou exclusão de tecnologias em saúde, visando à auto-suficiência na produção de equipamentos e a melhoria de diagnósticos e tratamentos com redução de danos, agravos, sofrimentos e custos. Serão estabelecidas parcerias com universidades e instituições de comprovada excelência para apoiar o processo tecnológico e de inovação do SUS no Distrito Federal.

12. ECONOMIA E COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE

A produção de ações e serviços de saúde inclui uma série de cadeias produtivas entrelaçadas, que efetivamente necessita ter uma política coordenada e concertada para o seu conjunto. O governo reverte o quadro de dissociação entre política de investimento setorial e desenvolvimento do DF, buscando articular as diversas políticas governamentais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, indústria e comércio, ciência e tecnologia e educação, entre outras, para a qualificação do Complexo Produtivo do Distrito Federal e o aumento de emprego. Também, será priorizada a reconstrução do parque de apoio para a manutenção de equipamentos e a construção de sede da Secretaria de Saúde na área própria do SIA.

13. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Serão desenvolvidas parcerias nacionais e internacionais estratégicas que ampliem o complexo produtivo em saúde, como insumos e disseminação de novas tecnologias. Isso aumentará a capacidade de respostas às endemias, à ameaça de doenças emergentes e aos riscos e agravos decorrentes das mudanças ambientais e dos movimentos populacionais, trocas comerciais e tráfico de drogas.

2 – Educação

A construção da escola pública de qualidade no Distrito Federal se dará por meio de um processo educativo humanizado, cujo projeto e ação pedagógica envolvam toda a sociedade. Para tal, é preciso integrar as unidades públicas de ensino da cidade como um todo, a partir da integração das escolas de cada cidade e de cada quadra, como pólos irradiadores e fonte primária de formação para a cidadania, onde os estudantes sintam prazer de estar e tenham condições de dar início e de complementar seus sonhos e objetivos.

Essa concepção de humanização da escola focará três condições: o reconhecimento por parte do educando e de sua família de que eles precisam da ajuda da escola; a definição prévia pela escola do que ela deseja alcançar; e como se dará o processo educativo, o caminhar até alcançar os objetivos.

Os diversos segmentos da sociedade serão chamados a discutir os problemas e soluções referentes à educação, que é obrigação de todos e dever do Estado para que, de forma participativa e responsável contribuam com a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola com fundamentação filosófica e científica nos níveis DF, cidade e quadra.

O princípio será a democratização da gestão, tendo cada escola autonomia para exercer sua função social, planejando, elaborando e executando metas. Nesse contexto, realizar eleições para o preenchimento de todos os cargos de direção e do conselho escolar com ampla participação popular. Com essa proposta espera-se reverter a precarização no sistema de ensino, com melhoras na formação continuada, na remuneração dos (as) professores (as) e auxiliares de ensino e na reestruturação física das escolas. O instrumento de mudanças em cada escola será o projeto político-pedagógico, construído com participação dos segmentos: gestores, professores e professoras, auxiliares de educação, estudantes, pais e comunidade local.

Nesse sentido, é preciso apresentar uma plataforma de educação que vise construir uma escola de fato democrática. Isso começa com a elaboração imediata de um Plano de Educação do DF, garantida a participação dos atores e a cientificidade do processo. Nesse plano, são essenciais:

- ✓ a ampliação da rede de creches públicas, hoje diminuta, para atender às famílias que precisam e às crianças que a elas tem direito;
- ✓ o atendimento em EJA qualificada de, pelo menos, 50% dos jovens e adultos que não concluíram a educação básica;
- ✓ a multiplicação de oportunidades de educação profissional, no ensino médio regular, nos cursos de EJA e no ensino tecnológico;
- ✓ a implantação da Universidade Distrital, com campi distribuído por diversas cidades, usando até 5% da receita dos impostos – o que possibilita chegar a 60 mil matrículas em cursos superiores de graduação até 2014;
- ✓ o investimento, além de recursos do Fundo Constitucional do DF, de 25% dos impostos próprios na educação básica pública, o que possibilita a implantação de escolas com jornada integral;
- ✓ ampla reestruturação física das escolas públicas; informatização e qualificação dos equipamentos educacionais;
- ✓ construção de um novo paradigma educacional com foco no educador, valorizando os professores e os funcionários de escola, cuidando melhor de quem cuida do nosso futuro, destinando recursos para garantir condições mais justas e dignas de trabalho e apontando para a isonomia salarial das categorias que são custeadas com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste.

3 – Meio Ambiente

Em que pese Brasília ser considerada uma cidade nova, de apenas 50 anos, acumulou, nesse

seu breve período de existência problemas de uma velha metrópole. Esses anos de desmando de políticos conservadores e demagogos transformaram a capital em um local cheio de problemas sociais, econômicos e ambientais.

O inchamento da cidade, a falta de emprego, a grilagem de terras públicas, as ocupações sem critério, bem como a formação de um cinturão de miséria no entorno do Distrito Federal, comprometem em muito a qualidade de vida na região. O mais preocupante ainda é que indicadores econômicos e sociais dão conta de que a situação só tende a piorar.

Apesar de o Distrito Federal ter sido construído e estruturado com espaço bem definido de uso, inclusive com preocupações de proteção dos recursos hídricos, mananciais, parques, contemplando inclusive núcleos rurais, o que hoje se vê é uma completa desfiguração dessa concepção.

O que se propõe para o Distrito Federal é o desenvolvimento de um trabalho que procure implantar uma visão ecológica de ocupação do espaço territorial. No limite, que se procure corrigir as distorções ocupacionais, principalmente, estancando o processo de deterioração da qualidade de vida no DF.

O problema da ocupação irregular nas áreas de proteção ambiental de Brasília e do Entorno está fortemente relacionado ao processo de expansão urbana e à inadequada política habitacional e urbana.

É preciso implantar uma política ambiental no DF, amplamente discutida com a população, com programas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental com consciência ecológica e compromisso com o meio ambiente, além da inclusão social.

O crescimento de Brasília com sustentabilidade ambiental é uma matriz imprescindível a qualquer governante. Nossa cidade possui as maiores áreas de conservação; de proteção permanente; de proteção de mananciais e de parques urbanos previstas em legislação. Ocorre que as previsões legais não são acompanhadas por ações governamentais efetivas capazes de materializar as leis ambientais em consciência ecológica e proteção efetiva do nosso bioma e dos nossos recursos naturais. As ameaças contra as bacias provedoras do fornecimento de água; os baixos índices de reciclagem do lixo; a limitação da política de coleta seletiva; a ausência de novos aterros sanitários e a saturação do lixão limítrofe ao Parque Nacional exige um salto da Brasília ambiental prevista nas leis para uma cidade com efetivo compromisso e consciência das suas

responsabilidades para com o meio ambiente.

Dada a grandeza da tarefa, que deve ser um projeto coletivo, propõe-se as seguintes diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Distrito Federal:

- ✓ Política de ordenamento e reordenamento territorial que possibilite acabar com a ocupação desordenada, tanto urbana como rural, altamente agressiva ao meio ambiente e desfavorável à sociedade humana;
- ✓ política ambiental urbana, baseada nos dois instrumentos citados ZEE e PDOT, centrada em orientação da ocupação, uso dos espaços urbanos, dentro do princípio da justiça ambiental;
- ✓ proteção das áreas verdes existentes e regulação do uso adequado pela população;
- ✓ reorientação do transporte e do trânsito;
- ✓ controle da poluição sonora;
- ✓ diversificação de oportunidades de uso dos espaços urbanos pela população;
- ✓ intensificação da arborização, particularmente nas cidades satélites;
- ✓ política distrital de redução de emissões dos gases do efeito estufa baseada: a) no incentivo fiscal ao uso de energias alternativas não poluentes e não emissoras de GEE, no transporte, nas edificações, nas atividades industriais, no consumo de variadas classes de bens; b) na reorientação do transporte e do trânsito urbano, seja coletivo seja individual e familiar, baseado no incentivo ao uso dos meios de transporte coletivos; e, no caso do transporte particular, incentivo ao uso de carros menos poluentes e realização de campanhas para a adoção do transporte solidário; multiplicação de ciclovias, devidamente protegidas;
- ✓ política industrial seletiva, instalada ou redirecionada para as áreas determinadas pelo ZEE/PDOT privilegiando os setores industriais não poluentes, não emissores de GEE e com baixos impactos sócio-ambientais;
- ✓ política ambiental que invista na proteção, preservação e conservação do patrimônio natural, principalmente remanescente do cerrado, nascentes e cursos d'água ainda existentes no território do Distrito Federal: a) proteção às unidades de conservação de proteção integral já existentes; b) promoção de relação de uso adequado, de controle social e de interação saudável entre a população e as unidades de conservação de uso sustentável existentes; c) interação na gestão da APA Águas Emendadas entre o gestor ambiental do DF e o gestor ambiental nacional; e da sociedade local; d) política específica referente aos resíduos sólidos, coleta seletiva, participação de pessoas diretamente interessadas (catadores de lixo) e não apenas das empresas, destino ambientalmente adequado para os

- resíduos imediatamente não reusáveis ou não recicláveis;
- ✓ adequação dos organismos distritais específicos da política ambiental: reformular e equipar adequadamente a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com capacidade plena para o exercício pleno de sua missão;
 - ✓ consolidar a legislação ambiental, definir padrões e normas ambientais, propor a revisão da legislação relativa a meio ambiente e recursos hídricos, em especial no que se refere à simplificação do licenciamento ambiental para criação Parques Distritais, Parques Ecológicos e Parques Urbanos; Plano de Manejo/Rezoneamento da APA São Bartolomeu, instrumento norteado pelo zoneamento e pelas normas que devem presidir o uso e a conservação da APA. A partir do diagnóstico ambiental seja elaborado um prognóstico baseado em princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica;
 - ✓ sensibilizar crianças e adolescentes das escolas da rede pública e particular de ensino e demais membros da comunidade do entorno dos parques. Estimular o espírito eco-crítico da população, facilitar espaço e acesso aos parques implantados, promover debate sobre o Bioma Cerrado e a fragilidade ambiental do mundo e no Distrito Federal, sensibilizar a população para o uso sustentável dos recursos naturais e incentivar a participação na preservação do equilíbrio do meio ambiente;
 - ✓ o Lago Paranoá de Brasília necessita de remoção do lodo em suas margens de norte a sul e do cuidado no assoreamento;
 - ✓ transferir o lixo orgânico da Cidade Estrutural para aterros sanitários que serão construídos em locais apropriados.

4 – Juventude

É preciso resgatar para o Distrito Federal as políticas do governo democrático-popular que estão em curso na esfera federal e que tiveram seus recursos desviados pelo grupo que se instalou no Governo do Distrito Federal nos últimos anos. Nesse sentido teremos alguns desafios importantes. É preciso entender a importância e o protagonismo que a Juventude deve ter nessa disputa.

Pode-se listar quatro aspectos da realidade da juventude: é desempregada ou está no mercado informal; é pobre, com baixo acesso à educação e à cultura; está submetida aos valores da cultura de massa, individualista e competitiva; e, como consequência, é clientela fácil da violência. Por isso, a juventude é o segmento mais vulnerável às mazelas engendradas pelo capitalismo excludente.

A partir daí, é possível verificar a centralidade que ganha a juventude no interior da luta de classes. Apesar de entendemos a juventude como um segmento policlassista e com diversidades

múltiplas, devemos fazer a opção pelo diálogo prioritário com as pautas da juventude da classe trabalhadora.

Deve-se travar um grande debate na sociedade que diz respeito ao direito do jovem a viver todas as suas potencialidades. Atualmente, o trabalho e a educação são elementos da constituição de uma emancipação juvenil. Conseguir combinar políticas de educação e trabalho que tirem o jovem do ciclo vicioso de entrada precoce e precária no mercado, sem a opção de concluir seus estudos, deve ser uma meta do Brasil e deve ser também incorporada nas nossas políticas estaduais. Assim, haverá um real enfrentamento do empobrecimento e da falta de perspectiva que vive significativas parcelas da nossa juventude. Não obstante, o combate ao uso de drogas precisa ser visto fundamentalmente como uma questão de saúde pública.

É preciso enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação que é parte fundamental de uma plataforma de mudanças no país.

No caso das jovens mulheres, o sexismo nas relações de trabalho é evidenciado por menores salários, ocupações precárias, maior desemprego e abandono precoce dos estudos. Ademais, é preciso enfrentar a cultura patriarcal e mercantil que oprime as mulheres com políticas públicas de patriarcal e mercantil que oprime as mulheres com políticas públicas de igualdade de gênero e que garantam a autodeterminação das mulheres e o direito ao seu corpo, com a descriminalização do aborto e a regulamentação destes atendimentos no Sistema Único de Saúde.

Destacam-se no DF alguns grandes gargalos cujo efeito é mais direto e mais impactante sobre a Juventude: transporte, cultura e educação. É preciso superar esses problemas para de fato termos políticas públicas que garantam para as(os) Jovens o direito ao livre gozo de suas Juventudes.

Assim, propõem-se as seguintes diretrizes:

- 1 - Combater o cartel dos transportes em Brasília, reduzindo as tarifas e realizando uma efetiva integração do sistema de transporte, com passe livre garantido a mobilidade urbana e o direito do jovem à cidade.
- 2 - Garantir a formação do(a) jovem brasileiro de todas as cidades é central no nosso programa. Garantir a permanência no ensino médio que é hoje o maior gargalo do sistema de educação. Investir em laboratórios nas escolas, além de aulas de línguas e música. Ampliar o período que o(a) estudante fica na escola, numa escola de tempo integral. Além de ampliar o acesso ao ensino superior.

- 3 - Na área de cultura, é fundamental garantir um espaço onde o(a) jovem possa se encontrar e produzir sua própria cultura. Seria um espaço de emancipação, onde a juventude poderia estar desenvolvendo todo seu potencial criativo. Para isso, propomos a construção de Centros de Juventude em todas as cidades do Distrito Federal, onde a Juventude poderia ter acesso aos instrumentos para produzir sua cultura, bem como salas de inclusão digital, e espaços de lazer para a prática de esportes.
- 4 - na esfera institucional, a criação da secretaria de Juventude do DF, para que se tenha dentro do Governo uma pasta para pensar, articular e executar as políticas públicas para os(as) Jovens, como temos no Governo Federal.

5 – Desenvolvimento Social

O quadro social do Distrito Federal é marcado por grandes contrastes sociais e imensas desigualdades de renda. As famílias e os segmentos sociais mais pobres e vulneráveis, as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos, são as maiores vítimas dessas mazelas sociais.

Por isso o nosso governo priorizará a implantação de políticas públicas de proteção e promoção social garantidoras de direitos da população com as seguintes diretrizes principais:

- 1 - A Política de Desenvolvimento Social priorizará a proteção social pública e o combate à pobreza, mediante a articulação e o aperfeiçoamento das políticas públicas federais de transferência de renda (Bolsa Família), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

- 2 - Na Política de Proteção à Criança e ao Adolescente, a ênfase será na atenção integral e comunitária à família, à criança e ao adolescente, respeitando-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a sua difusão junto aos alunos das escolas públicas.

- 3 - A Política de Direitos Humanos será em sintonia com o Programa Nacional de Direitos Humanos, fortalecendo as políticas públicas para as Mulheres, os Negros, Indígenas, as Pessoas Idosas, as Pessoas Deficientes, o segmento LGBT e combatendo todas as formas de preconceito e discriminação, seja de cor, raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, deficiência, religião ou convicção ideológica.

- 4 - As crianças, os adolescentes, os idosos e todos os cidadãos socialmente vulneráveis de Brasília precisam receber programas governamentais de caráter mais universais e abrangentes, que tenham como eixo a centralidade da família, o fim do analfabetismo, a elevação da escolaridade formal, a iniciação técnica e profissional para inserção no mercado de trabalho, o envolvimento dos jovens em ações comunitárias e sociais; o aproveitamento dos seus talentos para as artes e para o esporte, a socialização e a valorização das vivências e experiências das pessoas com mais idade e o recorte adequado das problemáticas sociais dos vários segmentos socialmente desprotegidos por

políticas de Estado, inaugurando um novo ciclo de políticas sociais no Distrito Federal.

5 – Proteção à Pessoa Idosa - O número de pessoas no DF e o envelhecimento populacional exige uma política integrada para essa faixa etária. A política para as pessoas idosas terá como eixo a efetivação da rede de proteção à pessoa idosa, contemplando uma política de prevenção com políticas de convivência, de atividade física organizada e de atendimento domiciliar para as pessoas idosas dependentes, envolvendo saúde, assistência, urbanismo. Serão incentivados e apoiados os centros de convivência de pessoas idosas, o turismo, o lazer e a cultura. Será criado o observatório da pessoa idosa do Distrito Federal para articular os dados com as ações efetivas e o combate à violência contra a pessoa idosa será sem tréguas, exigindo e implantando o respeito no trânsito, nas filas, nos bancos, nos planos de saúde e com acesso fácil aos remédios e consultas na rede pública. A política de acessibilidade tanto para pessoas idosas como para pessoas com deficiência será implementada não só com fiscalização, mas também com melhoria das calçadas e passagens. Pessoas idosas que o desejarem serão incorporadas nos programas sociais e educativos para contribuir com seu conhecimento à sociedade.

6 – Defesa da Saúde Mental visando superar a situação do Distrito Federal como a de pior oferta de serviços de saúde mental do país, com a implantação de uma Rede de Serviços de Saúde Mental aberta e substitutiva à internação psiquiátrica.

7 - A assistência social será praticada como direito da população e não como favor, configurando uma rede de proteção efetiva. Em primeiro lugar, serão garantidos todos os benefícios sociais previstos no SUAS, como o Bolsa Família, alimentação escolar, restaurantes populares, bancos de alimentos, qualificação social e profissional, desenvolvimento de cooperativas.

8 – Garantir condições de funcionamento e de pessoal para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Os COSEs serão integrados na rede de proteção reformados para dar oportunidade a às crianças de terem oportunidades e condições para uma inserção social cidadã.

9 - O Programa Pró-Jovem Adolescente será efetivado para inclusão dos jovens em atividades que lhes dêem oportunidades de formação, de construção da cidadania, inclusive como uma forma de combate e enfrentamento às drogas. No combate às drogas, haverá um Centro Integrado de Planejamento de Ações ao mesmo tempo em que articulação de órgãos governamentais nos territórios mais vulneráveis.

10 - O atendimento aos usuários de drogas será ampliado com qualidade para dar oportunidade aos mesmos de construir suas vidas com cidadania e dignidade.

11 – O trabalho infantil será combatido e a exploração sexual de crianças e de adolescentes não será tolerada, integrando o seu atendimento em rede social.

12 - A população de rua terá uma atenção especial, sem o pingue-pongue da repressão/volta à rua, mas com atenção integrada para formação e desenvolvimento de oportunidades que sejam sólidas.

13 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não será uma formalidade, mas um instrumento para efetivação de direitos. Os adolescentes infratores punidos na forma do Estatuto terão oportunidades de resgatar sua cidadania com condições efetivas de mudança de trajetória de vida.

➤ *Política para as Mulheres*

Diferentemente das ações do Governo Federal, que procurou estender e ampliar espaços, o governo do DF não incorporou as necessidades desses segmentos nas políticas públicas. No lugar de fortalecer ações de inclusão e assistência promoveu um grande desmantelamento dos poucos espaços voltados às mulheres e a população que mais necessita das ações de Estado. O Conselho das Mulheres do DF foi sucateado, esvaziado e desprestigiado. O Fórum de Mulheres do Distrito Federal foi desarticulado.

As poucas ações realizadas nos últimos anos foram de iniciativa de parlamentares ou de organizações não governamentais, demonstrando claramente o descaso do GDF no enfrentamento das discriminações de gênero, raça e etnia.

A dicotomia existente entre as estratégias e compromissos do Governo Federal e do Governo local com a população de mulheres, negros (as) e indígenas residentes no Distrito Federal demonstra claramente a falta de vontade política de um governo que veta, restringe e diminui direitos ao invés de fortalecê-los. Trata-se, portanto, de enfatizar no Programa de Governo do PT para o Brasil e para o DF, a implantação de políticas de gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual, que não sejam relegadas a uma transversalidade retórica, mas que sejam efetivas e permeiem, de fato, todas as ações do Estado.

PROPOSTAS PARA O COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA.

A experiência mostra que a eficiência, eficácia e efetividade de qualquer política setorial somente se concretizam quando houver uma estratégia de governo direcionada às políticas no seu conjunto. Além disso, vale ressaltar, que um governo democrático e popular deve ter a transversalidade como princípio de reflexão, atuação e metodologia de abordagem em todas as políticas públicas. Exemplificamos com a política de habitação: esta deve considerar o papel da mulher na família, sua participação econômica, sua relação com o mercado de trabalho, a

implicação desses papéis no seu empoderamento, na sua autonomia e protagonismo nos espaços políticos, na relação com seu companheiro, seus filhos e a comunidade; buscando alternativas para fortalecer a mulher de forma permanente.

Nossa contribuição específica dirigida às mulheres do Distrito Federal tem como foco os seguintes pontos:

1 - Construção da Igualdade e Respeito à Diversidade

- ✓ Criar uma Secretaria de Mulheres que proponha e coordene as ações que visam à promoção da cidadania das mulheres;
- ✓ estruturar e reativar o Conselho dos Direitos da Mulher que tenha como foco o programa de acompanhamento à execução das políticas para as mulheres nas várias áreas do governo, ampliando os espaços de participação da mulher na gestão articulado com os Movimentos Sociais;
- ✓ implantar políticas de qualificação e capacitação dos (as) servidores (as) públicos (as) em gênero, raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos, de forma transversal;
- ✓ promover a participação paritária, entre mulheres e homens, nos cargos de direção e assessoramento superior nas esferas do Poder Executivo e adotar a quota de no mínimo 30% de mulheres para a composição do primeiro, segundo e terceiro escalões do Poder Executivo, e demais cargos comissionados;
- ✓ promover a criação de espaços nos quais os homens possam ser desafiados a discutir assuntos como relações de gênero, paternidade responsável, divisão do trabalho doméstico, e outros assuntos que possam auxiliar na transformação das relações desiguais de gênero, etc.

2 - Autonomia e igualdade no mundo do trabalho

- ✓ Priorizar o acesso das mulheres a todos os sistemas de crédito e estimular a organização destas para realização de formas de economia solidária;
- ✓ promover, capacitar e desenvolver as mulheres para o trabalho, discutindo temas como a organização das trabalhadoras em entidades de classe, inserção, importância e valorização da profissão escolhida no mundo do trabalho, etc;
- ✓ ampliar e estruturar a rede de creches públicas e educação infantil em todas as cidades do DF, fazendo destes espaços pólos de discussão sobre as relações de gênero e sobre formas de promover o protagonismo das mulheres;
- ✓ promover políticas de inclusão de jovens, adolescentes e adultos;
- ✓ promover a oferta de equipamentos sociais, tais como restaurantes e lavanderias comunitário(a)s, que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres;

- ✓ lutar pela inclusão plena das trabalhadoras domésticas na legislação trabalhista vigente, equiparando-as com as demais categorias laborais;
- ✓ promover a valorização do trabalho doméstico não remunerado, enfatizando a sua função social.

3 - Saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos

- ✓ Garantir a assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da vida, com prioridade de serviços preventivos, de diagnóstico e tratamento, com ênfase na dimensão educativa, considerando as diferenças e necessidades raciais, geracionais e seus múltiplos papéis;
- ✓ garantir o exercício dos direitos reprodutivos, através de informações e métodos contraceptivos à disposição da população, ampliando o serviço de reprodução assistida, assegurando o atendimento humanizado às mulheres em situação de risco, com atenção especial às situações de abortamento;
- ✓ criar Centros referência em saúde da mulher em todas as regiões administrativas, que integrem atendimentos que se estendam desde a reprodução, aids, menopausa e saúde mental;
- ✓ criar programa específico para trabalhar com adolescentes de ambos os sexos, orientando-os sobre gravidez precoce, paternidade responsável e doenças sexualmente transmissíveis. Oferecendo-lhes atendimento físico, emocional e psicológico, a todos e todas que atravessam essa fase da vida e, sobretudo, àqueles e àquelas que se tornam mães e pais na adolescência;
- ✓ fortalecer o atendimento especializado às mulheres com sofrimento mental e às vitimizadas por drogas.

4 - Enfrentamento à violência contra a mulher

- ✓ Criar programa amplo de enfrentamento à violência contra a mulher;
- ✓ garantir a aplicação plena da Lei Maria da Penha nos casos de violência doméstica e familiar;
- ✓ implantar Rede de Prevenção e Combate à violência sexual e doméstica, aos maus-tratos, assédio moral e sexual, exploração e tráfico de mulheres, articuladas com políticas que garantam a autonomia pessoal e econômica;
- ✓ incluir o estudo e reflexão sobre a Lei Maria da Penha e seus desdobramentos para o combate à violência contra a mulher nos cursos da EAP e em todos os cursos de formação promovidos pela Secretaria de Educação;
- ✓ incluir a discussão sobre a Lei Maria da Penha nos currículo do ensino Médio;

- ✓ ampliar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), garantindo formação em gênero, raça, etnia e orientação sexual para os/as agentes e a instalação desse espaço em todas as regiões do DF;
- ✓ fortalecer, ampliar e integrar os serviços de atendimento às vítimas de violência (saúde, educação, segurança pública, orientação jurídica, assistência social, entre outros);
- ✓ realizar campanhas contra a violência à mulher que focalizem o homem agressor de forma a desmotivar a agressão (“ridicularizando” o ato de agressão, por exemplo);
- ✓ prever no orçamento recursos para a realização de campanhas permanentes dirigidas às famílias e às escolas, abordando a violência doméstica e sexual contra meninas e meninos;
- ✓ restabelecer, reestruturar e fortalecer o funcionamento da Casa-Abrigo.

➤ **Reconhecimento da Presença Indígena no Distrito Federal**

O IBGE prevê a presença de cinco mil indígenas em Brasília. Essa população indígena se encontra em situação urbana como em muitas cidades brasileiras, uma grande parte, vítima do preconceito, da discriminação e da violência, busca as condições de vida que é historicamente arrancada pela estrutura fundiária e especulativa dominante, responsáveis pela expropriação de seus territórios e desestruturação de seu modo de vida culturalmente diferenciado, outra parte vem em busca de aperfeiçoamento técnico com a intenção muitas vezes de realizarem a troca dos saberes tradicionais de suas etnias com a sociedade ocidental. Também no Distrito Federal assomam centenas de famílias indígenas em busca da comercialização dos seus artesanatos e muitos são legítimos representantes das organizações indígenas (eleitos nas suas bases sociais) com ampla representação de várias etnias das regiões e estados brasileiros. Nesse sentido, são propostas as seguintes diretrizes:

- ✓ Apoiar os estudantes indígenas no DF com a implantação da bolsa escola indígena e PROUNI indígena do DF;
- ✓ criar espaços adequados para apoiar a comercialização da arte indígena em Brasília e cidades do DF;
- ✓ abrigar as representações das nações indígenas no DF;
- ✓ realizar estudos e pesquisas voltadas para identificar a realidade indígena no DF;
- ✓ proteger os direitos Indígenas: combater a criminalização de suas lutas e a discriminação contra o indígena; valorizar a Cultura Indígena no DF::;
- ✓ criar programa para divulgar as manifestações culturais indígenas no ensino fundamental e ensino médio no DF e Entorno;
- ✓ demarcar o território indígena Santuário dos Pajés/Bananal;

- ✓ incluir no PDOT os estudos e as áreas de relevante interesse étnico como os sítios arqueológicos, territórios de ocupação indígena, áreas de interesse histórico de ocupação indígena antes da construção de Brasília;
- ✓ incluir a dimensão indígena na legislação e nos programas de meio ambiente do DF;
- ✓ integrar as ações das instituições federais e distritais nas políticas públicas voltadas aos indígenas;
- ✓ apoiar a Saúde Indígena: promover ações e atividades integradas com o Ministério da saúde para apoio a saúde indígena de forma diferenciada no DF e Entorno;
- ✓ implantar a Educação Indígena no DF: introduzir nos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio a abordagem da história e a realidade dos povos indígenas no Brasil e sua presença no DF e Entorno;
- ✓ promover a capacitação dos professores da rede oficial para a adequada abordagem da realidade indígena.

6 – Transporte Público e Trânsito

Dar prioridade ao transporte coletivo sobre o transporte individual no Distrito Federal é a linha mestra de nosso programa. Além disso, fortalecer os meios de transportes coletivos (mais metrô, outros modais, ônibus e micro-ônibus, ciclovias e ciclofaixas), incentivos ao deslocamento dos pedestres; restaurar o planejamento de tráfego e resgatar o papel inovador das medidas de segurança, educação e coerção à violência no trânsito, incentivo ao sistema de locação pública de bicicletas. Implantar o Plano Diretor de Transporte Público Coletivo, regular a prestação dos serviços de transporte, disciplinando o papel de cada serviço (convencional, alternativo, especial, escolar e outros), com controle social, coibindo a clandestinidade e a contravenção. Romper o atual monopólio empresarial na área com a renovação das atuais concessões públicas por meio de licitações públicas capazes de atrair novos e mais operadores dos serviços de ônibus e/ou microônibus com serviços de qualidade e tarifas populares.

A melhoria dos serviços de transporte público e do trânsito no DF são desafios para o estabelecimento de uma nova cultura urbana na nossa cidade. O único governo do PT na cidade, entre 1995 e 1998, implementou de forma inovadora o Programa Paz no Trânsito que se tornou referência internacional em ação de combate à violência no trânsito e respeito ao pedestre.

O trânsito no Distrito Federal revela sinais claros de saturação. Registros do Detran/DF quantificam o crescimento exponencial da frota de veículos. O perfil do quantitativo da frota de veículos em circulação revela o excessivo peso do automóvel individual – 75%. Os resultados dessa realidade todos conhecem: violência no trânsito, congestionamentos constantes, ausência de espaços

públicos para estacionamentos, explosão de infrações e de irregularidades nas vias.

A indústria automobilística brasileira revelou que Brasília é a segunda unidade federativa onde se verificou o maior aumento na venda de carros. A maior frota de veículos do Brasil encontra-se no Estado de São Paulo. A capital paulista já adotou inúmeras medidas viárias e de controle de circulação dos automóveis. São Paulo construiu túneis, viadutos e novas vias tal como ocorre hoje no DF. Adotou o rodízio de veículos por placas; proibiu o trânsito de caminhões nas vias da cidade durante determinados horários do dia.

Brasília deve retirar lições do drama vivido pelos paulistas. Novas vias, viadutos, rigor na fiscalização e restrição na circulação de automóveis não serão medidas suficientes para desafogar o nosso trânsito caso perdure o modelo em curso que privilegia o transporte pelo automóvel particular.

A grande opção para o poder público local será fortalecer os meios de transportes coletivos (mais metrô, outros modais, ônibus e micro-ônibus, ciclovias e incentivos ao deslocamento por tração humana ou a pé); restaurar o planejamento de tráfego e resgatar o papel inovador das medidas de segurança, educação e coerção à violência no trânsito.

Foi no Governo do PT que Brasília experimentou as grandes inovações no trânsito local: respeito à faixa de pedestre; utilização de instrumentos eletrônicos no controle da velocidade (pardais); e a adoção de medidas racionais no uso das rodovias existentes (como a adoção do sentido único na Via Estrutural em determinados horários). São soluções e medidas como essas que queremos ter de volta no planejamento da nossa engenharia de tráfego e na segurança do trânsito para a nossa população.

Brasília convive também com um dos piores serviços de transporte coletivo do Brasil, onde a ausência do estado é gritante, evidenciada na falta de regulamentação e fiscalização. A desregulamentação do setor abriu espaço para a convivência de diferentes tipos de serviços de transporte (convencional, alternativo, especial, metrô e clandestino). Regulamentar o setor será fundamental. Queremos um sistema integrado com o metrô, onde a grande maioria da população possa usufruir de um meio de transporte coletivo eficiente e rápido, com tarifas justas e adequadas.

É preciso restaurar a regulação na prestação dos serviços, disciplinando o papel de cada um dos tipos de serviços (convencional, alternativo, especial, escolar e outros), através do plano diretor de transporte público coletivo, coibindo a clandestinidade e a contravenção.

É preciso estabelecer uma efetiva concorrência empresarial na área com a renovação das atuais concessões públicas por licitações capazes de atrair novos operadores dos serviços de ônibus. Qualquer governante de Brasília deve ter o compromisso de acabar com o cartel nos serviços de transporte coletivo e um novo modelo de gerenciamento e gestão da área.

7 - Segurança Pública com Cidadania

O aumento da violência e da criminalidade no Distrito Federal se encontra fortemente associado à expansão do comércio das drogas e ao crescimento da organização do tráfico.

Reduzir os crimes violentos e impedir que lojistas, estudantes e moradores das mais diversas localidades de Brasília sejam vítimas de assaltos, furtos ou roubos praticados por dependentes químicos só será possível pelo trabalho integrado das polícias no combate ao tráfico.

Embora a sensação de insegurança seja generalizada, o fato é que os crimes ocorrem em regiões administrativas bem definidas. Os crimes contra o patrimônio – furto, roubo e latrocínio – são cometidos no Plano Piloto e cidades onde se concentra a população com maior renda. Já os crimes contra a vida – principalmente homicídios – majoritariamente ocorrem nas comunidades ocupadas de forma desordenada com baixa presença do Governo e difícil acesso às políticas públicas, mesmo locais onde residem os autores da violência.

O endurecimento de penas e uma lógica meramente repressiva policial não tem tido eficácia desejada no combate à criminalidade e não colabora com garantia de uma segurança pública para o Distrito Federal. É preciso enfrentar este complexo problema de uma maneira mais humanista e qualificada, respeitando os direitos fundamentais e promovendo cidadania. Para isto, devemos compreender um novo conceito de segurança pública incorporando a dimensão cidadã, onde a comunidade seja ouvida e participe juntamente com os profissionais de segurança pública de estratégias que visem à pacificação dos territórios, onde os jovens tenham um percurso social saudável para que todos possam viver com tranquilidade.

Para quebrar o ciclo de violência devemos implantar uma política focada nas regiões administrativas e na população mais vulnerável ao crime, principalmente a juventude das comunidades periféricas. Assim, é essencial articular políticas públicas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão de uma repressão que deve ser realizada de forma qualificada e inteligente.

A integração do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, com participação da sociedade, deve valorizar seus quadros profissionais com formação conjunta e de qualidade entre os órgãos, permitindo superar a fragmentação nas ações e operações de segurança, incluindo o entorno do Distrito Federal.

A promoção de investigações de crimes contra a Administração Pública, meio ambiente e combate à corrupção deve ser associada a medidas práticas. Ações integradas de inteligência e dos órgãos de controle interno e externo, prestação de contas de forma mais transparente, melhor acesso às corregedorias e ouvidorias independentes e com liberdade de atuação, melhoram o controle social e permitem acabar com a sensação de impunidade.

Da mesma forma queremos modernizar os equipamentos das polícias, dos bombeiros, do DETRAN e dos órgãos periciais, além de implantar vídeo-monitoramento nas regiões críticas. Também, devemos repensar o uso dos Postos Comunitários de Segurança para que efetivamente a segurança pública esteja ao lado da população e não presa na vigilância do equipamento público. Primar por uma gestão mais eficiente do efetivo operacional, não sobrecarregando o profissional que deve bem servir a população. Investir na mediação de conflitos, estimular a participação, facilitar o acesso das vítimas, em especial as mulheres e as discriminadas em razão da etnia, opção sexual ou religiosa.

Tão importante quanto é humanizar o sistema prisional, criando a possibilidade de uma reintegração com a sociedade, respeitando trabalhadores, apenados e seus familiares, proporcionando assistência social e jurídica, trabalho, saúde e educação.

Por fim, definir uma política eficiente de redução de danos, ampliação e melhoria do tratamento, na prevenção e no combate ao uso de drogas, em especial o “crack”, criando condições para que este grave problema seja resolvido com a aplicação do Decreto 7.179 de 20/05/2010, criado pelo Governo Lula para que se criem oportunidades para nossa juventude não cair nesta armadilha ou possa abandonar um vício que destrói principalmente as famílias.

Integrar as polícias no combate ao tráfico, à criminalidade e a violência, implementando os princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública.

As unidades especializadas de investigação e de combate às drogas da polícia civil precisam ser redesenhadas administrativamente e receber mais recursos humanos e materiais; a inteligência da polícia militar deve cooperar e integrar ações com a polícia civil e a cooperação institucional e operativa com a Polícia Federal pode melhorar os esforços de repressão e de desmantelamento das quadrilhas criminais organizadas. Por mais que haja postos policiais no DF eles serão incapazes de impedir um jovem de experimentar crack ou outras drogas altamente letais e causadoras de dependência.

8 – Desenvolvimento Econômico e Interação Regional

Ao completar 50 anos de existência Brasília, além de Capital da República, tornou-se uma das principais metrópoles do País. Sua área metropolitana, com 3,6 milhões de habitantes, apresenta a mesma gama de problemas que aflige qualquer outra metrópole brasileira.

Um dos mais graves problemas enfrentados por Brasília tem sido o elevado contingente de desempregados, que saltou de 100 mil no início dos anos noventa para cerca de 220 mil atuais, e, se considerarmos a sua área metropolitana, este total sobe para cerca de 320 mil. Entre os fatores que explicam esta situação, dois se destacam.

Um deles é a estrutura econômica da cidade que está quase que exclusivamente assentada no setor terciário, responsável por 93% do PIB local, com destaque absoluto para o setor público, compreendendo a administração pública e os serviços públicos. Em face da absoluta incipiência dos setores agropecuário e industrial, o segmento indutor do desenvolvimento local tem sido o setor público, responsáveis historicamente por mais da metade do PIB distrital e por um quarto da ocupação na cidade.

Dessa forma, desde a fundação de Brasília, o setor público tem funcionado como segmento propulsor da economia local, responsável pelo grau de dinamismo dos demais segmentos do setor terciário no Distrito Federal, particularmente em função dos elevados salários pagos, para os padrões brasileiros. Foi com base na massa salarial do setor público que se deu o forte incremento no comércio, na construção civil e nos serviços, particularmente os serviços pessoais do DF.

Ocorre que, a partir do início dos anos 1990, com a complementação do processo de transferência de órgãos da antiga capital para Brasília e com o agravamento da crise fiscal do Estado, esgotou-se a capacidade do setor público continuar funcionando como propulsor do crescimento econômico local. Enquanto a população economicamente ativa (PEA) cresceu 88,7% entre 1992 e 2009 e a ocupação total cresceu 87,4% no mesmo período, o contingente ocupado no setor público cresceu apenas 31,7%. Dessa forma, sua participação no total do pessoal ocupado caiu de 31,8% em 1992 para 22,3% em 2008.

A lacuna deixada pelo setor público na geração de postos de trabalho, associada à debilidade dos setores agropecuário e industrial, fez recair quase que exclusivamente sobre o setor de serviços privado a “responsabilidade” em gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver a PEA que a cada ano incorpora-se ao mercado. Dessa forma, até mesmo porque sente bastante o impacto da estagnação do setor público, o setor terciário privado não consegue total sucesso, resultando numa economia com elevada taxa de desemprego e de informalidade.

A elevada média de rendimentos do pessoal ocupado (R\$ 1.866,00 em 2008) decorre do expressivo valor médio auferido pelos assalariados do setor público (R\$ 4.566,00), mais de quatro vezes superior ao dos assalariados do setor privado (R\$ 1.080,00). É precisamente o elevado rendimento médio do pessoal ocupado no setor público o responsável pelo peso excepcional que este segmento apresenta na massa de rendimentos do trabalho no Distrito Federal, chegando a 54,6% em 2009.

Se o setor público explica o elevado PIB do Distrito Federal, a elevada taxa de desemprego e a baixa geração de postos de trabalho são explicadas pela reduzida geração de emprego na atividade industrial, apenas 46 mil, ou tão somente 4% do total do pessoal ocupado. Estimando-se o mesmo percentual para o Entorno Metropolitano, seriam pouco mais de 50 mil postos na atividade industrial em toda a região metropolitana.

Observa-se que este percentual é substancialmente inferior ao observado nas demais regiões metropolitanas. Se a RM de Brasília tivesse o mesmo grau de ocupação na indústria de Recife e Salvador (cerca de 10% do pessoal ocupado total), o número de postos de trabalho na indústria aqui seria em torno de 120 mil. Se esse grau de ocupação na indústria fosse equivalente aos de Belo Horizonte e Porto Alegre (de 15% a 18%), esse contingente superaria os 200 mil. Deve-se ressaltar ainda que para cada emprego na atividade industrial, são gerados, em média, 0,8 emprego em serviços de apoio à indústria. Parece evidente que a industrialização da região metropolitana, particularmente de sua periferia, é uma questão vital para o seu futuro.

O segundo fator que concorre para a precária situação do mercado de trabalho é a manutenção de um vigoroso fluxo migratório para a área metropolitana de Brasília, estimado em torno de 50 mil/ano, e que tem sido um fator de pressão constante sobre o mercado de trabalho local. E não obstante o acelerado crescimento populacional no Distrito Federal, da ordem de 2,79% a.a. nos últimos 17 anos, o crescimento da PEA foi ainda mais acelerado (3,81% a.a.), reflexo da maior incorporação ao mercado de trabalho de alguns segmentos, como a população feminina e os jovens. Se, de um lado, este explosivo crescimento populacional é responsável pela elevada taxa de desemprego, anulando parcialmente os efeitos positivos da recuperação dos níveis de emprego, de outro tem contribuído para a emergência de Brasília e região como um dos principais mercados do país.

De todo modo, a situação no mercado de trabalho do DF tem melhorado nos últimos anos. Se entre 1992 e 2003, 247,4 mil novos postos de trabalho foram criados no DF (média de 22,5 mil/ano), no período 2003 a 2009 esse montante cresceu para 293,7 mil (46,0 mil/ano), média duas vezes superior. Dessa forma, a taxa média de desemprego em 2009 caiu 31% em relação a 2003, retornando ao patamar de 1992, ou seja, 15,8%.

➤ Entorno

A periferia metropolitana de Brasília, mais conhecida como Entorno, apresenta uma economia extremamente frágil, acentuadamente dependente dos empregos gerados na Capital da República, o que não só pressiona o mercado de trabalho do DF como se reflete no verdadeiro abismo entre sua renda média e a do Distrito Federal. O seu reduzido PIB, assim como a diminuta geração de emprego (e elevada taxa de desemprego), decorre de seu baixo nível de atividade econômica.

Tal situação é profunda distinta das demais periferias metropolitanas, que apresentam uma enorme participação no PIB metropolitano, oscilando entre 30% e 60%. Na área metropolitana de Brasília esta participação limita-se a míseros 4,3%. O caminho percorrido pelas periferias metropolitanas do país para a elevação do nível de atividade econômica, e, conseqüentemente, do

PIB e da geração de emprego, foi o da industrialização. Este processo nestes municípios, conhecidos como cidades-dormitório, teve início na década de setenta, o que permitiu não só a redução da pressão sobre os mercados de trabalho das capitais estaduais como aproximou de forma substancial a renda das periferias metropolitanas da observada nos núcleos.

Se no caso do Distrito Federal a estratégia de industrialização deve focar os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo), no caso do Entorno Metropolitano, a estratégia deve visar atrair os segmentos intensivos em mão-de-obra (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc), mais adequados ao perfil da mão-de-obra local, e geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF:

- a) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF;
- b) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização etc) que em boa parte se instalariam no DF;
- c) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em boa parte seria dispendido no DF; e
- d) aumentaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre os mesmos do DF.

Torna-se, portanto, premente para a sociedade brasiliense, e não somente ao Governo, conscientizar-se que o Entorno Metropolitano é uma questão afeita ao DF, tão ou mais que a Goiás. A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a área metropolitana, envolvendo o GDF, o Governo de Goiás e o Governo Federal são o primeiro passo para a superação dos graves problemas que atingem a região.

➤ Turismo

O turismo é uma atividade em amplo desenvolvimento no Brasil, fruto do processo de maior inserção internacional, do desenvolvimento tecnológico dos meios de deslocamentos, hoje mais modernos e baratos, e principalmente do momento econômico de estabilidade fiscal, crescimento econômico e de maior inserção de brasileiros no mercado consumidor, inclusive de produtos turísticos. O turismo contribui potencialmente para a redução da pobreza e da desigualdade, visto que é um setor que gera trabalho e renda para uma população ainda pouco qualificada e de baixa de renda.

No entanto, o desenvolvimento da atividade turística requer uma acurada preocupação com o seu planejamento, acompanhamento das ações e monitoramento, no sentido de promovê-lo com a participação e protagonismo de todos os agentes sociais do lugar, ou seja, de sua base territorial, envolvendo a participação de todos os setores da comunidade (setor público, privado, organizações não-governamentais, universidades, sindicatos etc), evitando-se que os ganhos decorrentes da

atividade turística vazem para outras regiões.

➤ *Economia solidária*

As experiências de governo em 1994 nos mostraram que o desenvolvimento econômico e a integração na construção do desenvolvimento local ou territorial teriam concebido “um processo endógeno” de mobilização das capacidades (humanas, sociais, políticas e culturais) e aproveitamento das potencialidades econômicas locais com a finalidade das condições da vida da população em harmonia com o meio ambiente (Alves da Silva, 2006, pg.58). Esse processo exige a combinação de políticas públicas adequadas às necessidades e potencialidades locais com a participação ativa e solidária da sociedade na autogestão no seu desenvolvimento.

Como instrumento de desenvolvimento sustentável, a Política Pública de Economia Solidária permite acesso múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. Num contexto de crise e de exclusão são necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

A Economia Solidária se incorpora como política de desenvolvimento e demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, assistência social, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor de emancipação e sustentabilidade.

Oportunidades e potencial

O que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, continua sendo a sua condição de “portão de entrada” para a mais dinâmica região brasileira, estando na origem de dois dos principais eixos de conexão do país: ao sul, com os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão) e ao norte, com os portos de Itaqui (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

Ademais, a área metropolitana de Brasília representa hoje um mercado de 3,6 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de R\$ 60 bilhões, destacando-se como o 5º maior mercado consumidor do país. Se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado

ascende a 6,1 milhões, com renda disponível para consumo de quase 90 bilhões de reais, o 3º maior mercado do país, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

E algumas condições para almejar a condição de grande pólo de logística e industrial estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e de elevada renda média), alto grau de instrução da população, uma variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agro-pecuário em sua área de influência.

Deve-se ressaltar, contudo, que alguns gargalos persistem e entram as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial, e eles se localizam principalmente na área de infra-estrutura econômica. Em suma, não obstante todos os graves problemas que tem atingido a economia de Brasília nos últimos anos, deve-se destacar a capacidade que esta metrópole tem desenvolvido na superação desses entraves. Provavelmente a base desta relativa vitalidade seja o dinamismo que a economia da Região Centro-Oeste tem demonstrado nestas duas últimas décadas de estagnação da economia brasileira, e que tem gerado fluidos positivos para as duas metrópoles regionais.

➤ DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO DF E ENTORNO

1 - Estimular o desenvolvimento das atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis, visando a agregação de valor à estrutura produtiva local, mediante o fomento às cadeias produtivas;

2 - Fomentar alternativas tecnológicas e o fortalecimento e a disseminação de pólos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de inovação tecnológica;

3 - Apoiar o fortalecimento e a disseminação de ações de qualificação e capacitação profissional, priorizando as regiões deprimidas e estagnadas;

4 - Estimular o desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas no Distrito Federal, priorizando-se os segmentos intensivos em capital e tecnologia, e no Entorno não Metropolitano, considerando seus potenciais produtivos priorizando-se os segmentos industriais intensivos em mão-de-obra;

5 - Promover investimentos na ampliação e melhoria da malha de transportes, do uso otimizado da multimodalidade nos transportes visando conectar a região com os principais centros consumidores do País e estrutura de abastecimento e comercialização;

6 - Promover a ampliação da oferta de energia, a utilização das potencialidades energéticas e a expansão de sua infra-estrutura de distribuição, em atendimento às necessidades de desenvolvimento da região;

7 – Promover investimentos que garantam à região o pleno acesso às mais modernas tecnologias de telecomunicações;

8 - Promover a destinação ordenada do estoque de terras públicas na região, centrando no direito fundamental de acesso à terra, visando ao desenvolvimento sustentável, a conservação e a preservação, atendendo os interesses sociais, ambientais, econômicos e estratégicos e incorporar a dimensão ambiental nos processos de planejamento governamental e nas políticas públicas de uso e ocupação territorial.

➤ ESTRATÉGIA GERAL

Elaborar e implantar um plano de desenvolvimento para a Região. O pressuposto essencial é de que seja um planejamento que integre esforços dos governos do Distrito Federal, do Estado de Goiás e do Governo Federal.

➤ ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

1 – Construir e implantar uma Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Incluyente para geração de renda e oportunidades de trabalho, com foco na Economia Solidária para uma Brasília com crescimento econômico com menos desigualdade e mais distribuição de renda;

2 - Estimular a implantação de distritos industriais no Entorno Metropolitano e não Metropolitano, visando atrair grandes projetos industriais para incrementar a geração de renda nos municípios (condição para o florescimento dos pequenos empreendimentos);

3 - Implantar e consolidar o Pólo de Informática (Cidade Digital) no Distrito Federal (notadamente BB/CEF/ECT);

4 - Estimular a cooperação entre os entes federados, de forma a substituir relações de competição por relações de cooperação, promovendo a atuação conjunta dos governos, assumindo a União e o GDF a principalidade na condução da questão regional;

5 - Estimular, com apoio institucional, técnico e financeiro, a formação de consórcios municipais para a resolução de problemas comuns;

6 - Promover a resolução das exigências sanitárias que inviabilizam a comercialização de produtos do Entorno no Distrito Federal;

7 - Promover a equalização tributária entre o DF e os estados vizinhos;

8 - Incrementar a ação dos centros de pesquisa da Embrapa na região;

9 - Promover ações visando à formalização das atividades econômicas;

10 – Estruturar uma Política de Economia Solidária para o DF e Entorno.

9 – Habitação e Desenvolvimento Urbano

Vamos implantar um processo de Desenvolvimento Urbano que promova o direito à cidade para todos os cidadãos do Distrito Federal e rompa com o atual desequilíbrio entre os serviços,

equipamentos e infra-estrutura urbana que hoje segregam e privilegiam o Plano Piloto em detrimento às demais cidades do DF. Revisaremos integralmente o Plano Diretor de Ordenamento Territorial em um amplo e democrático processo participativo que envolva todos os segmentos sociais em todas as cidades do DF.

É necessário implantar, ainda, uma Política Habitacional do DF construída em amplo processo participativo coerentemente com o Plano Nacional de Habitação que privilegie as faixas de baixa renda. Vamos implantar os programas habitacionais do Governo Lula, especialmente o “Minha Casa, Minha Vida”, em empreendimentos bem localizados com toda infra-estrutura urbana. Revisaremos a política fundiária da TERRACAP promovendo a regulação do mercado de terras e imóveis do DF e combatendo a especulação imobiliária.

O Distrito Federal viveu nos últimos anos um processo de desordenamento territorial com a prática desregrada da grilagem de terras que resultou em mais de 500 condomínios irregulares em áreas públicas e privadas, a maioria de classe média e alguns de baixa renda. Com a complacência do GDF, esses condomínios foram formados sem respeito ao meio ambiente e sem projetos urbanísticos, provocando desmatamentos, ocupação de fundos de vale, furando poços indiscriminadamente e rebaixando o lençol freático (depósito de água subterrâneo).

Assistimos a um processo de especulação imobiliária sem limites, com preços absurdos dos terrenos e imóveis, expulsando a população pobre cada vez mais para a periferia distante e sem infra-estrutura. Esse processo provocou mais segregação social, onde não tem lugar para pobres em nossas cidades, e desequilíbrio na oferta de equipamentos, serviços e infra-estrutura, se comparamos o Plano Piloto com as demais cidades. Veja-se o caso do Setor Noroeste de Brasília, celebrado pelas grandes incorporadoras imobiliárias, vendido como Bairro Verde, para poucos, com apartamentos na faixa de oito mil reais o metro quadrado, quando a demanda habitacional reprimida no DF está concentrada na faixa dos que ganham de 0 a 3 salários mínimos.

Tudo sob a blindagem de qualquer opinião contrária na imprensa local, que tem nos anúncios dos empreendimentos imobiliários grande parte de sua sustentação. O PDOT elaborado pelo governo Arruda em um processo obscuro de debate com a sociedade, sob denúncias de compra de votos da maioria dos deputados que o aprovaram, tratou a terra pública de forma perdulária: aumentou o estoque de terras urbanas atendendo, em primeiro lugar, ao interesse do mercado imobiliário de alta renda. Foi irresponsável com o planejamento da cidade, reconhecida internacionalmente por sua origem planejada, e com o meio ambiente para as atuais e futuras gerações.

Proposições para a Política de Desenvolvimento Urbano e Habitação:

- ✓ Revisar integralmente o PDOT em amplo processo democrático e participativo, envolvendo

todos os segmentos sociais em todas as cidades e áreas rurais, para promover o ordenamento territorial, urbano e fundiário do DF;

- ✓ Implantar o Estatuto das Cidades – Lei Federal 10.257/01 - regulamentando a aplicação dos instrumentos de política urbana para combater a especulação imobiliária, os vazios urbanos ociosos e a promoção do Direito à Cidade;
- ✓ elaborar uma Política Habitacional, construída em amplo processo participativo, coerentemente com o Plano Nacional de Habitação, para todas as faixas de renda, com ênfase no atendimento nas faixas de 0 a 3 salários mínimos, implantando os programas habitacionais do Governo Federal, especialmente o Programa ‘Minha Casa Minha Vida’, em empreendimentos bem localizados com toda a infra-estrutura urbana.
- ✓ aplicar na íntegra a Lei 3877/06 que define a política habitacional do Distrito Federal em todas as áreas onde houver intervenção habitacional, garantindo ampla participação popular;
- ✓ desenvolver um Programa de Tecnologias Aplicadas a Construção, na perspectiva da sustentabilidade, do respeito à cultura e às práticas regionais, da qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística, do uso de novos materiais e do barateamento das obras;
- ✓ apoiar desenvolver programas habitacionais rurais, em articulação com o INCRA, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF);
- ✓ revisar a Política Fundiária da TERRACAP;
- ✓ promover uma política de regulação pública do mercado de terras e imóveis do DF, de forma integrada com a política ambiental e de desenvolvimento econômico e social;
- ✓ substituir a exclusividade da lógica do mercado, por uma política de alienação de terras públicas que priorize as demandas de interesse social;
- ✓ criar o Instituto Lucio Costa de Planejamento Territorial e Urbano, e Preservação da Área Tombada de Brasília;
- ✓ implantar os Conselhos da Cidade no DF, de caráter deliberativo e composição semelhante ao Conselho das Cidades, de forma a promover a aplicação de instrumentos de democratização, participação e controle social do planejamento e a gestão territorial e urbana, e da política habitacional;
- ✓ promover a Regularização Fundiária do Distrito Federal, em articulação com a Política de Regularização Fundiária Sustentável do Governo Federal. Uma política de regularização de Bairros integrados ao tecido urbano e social, e não de condomínios isolados e segregados no território urbano e rural.

10 – Cultura, Esporte e Lazer

Política Cultural que promova o amplo acesso à cultura para todos os segmentos sociais em todas as cidades do DF, com incentivos à produção cultural dos cidadãos e grupos locais, e descentralização/revitalização dos equipamentos culturais coletivos (museus, teatros, centros culturais, cinemas, bibliotecas, salas de espetáculos, dentre outros).

O esporte e o lazer têm no mundo contemporâneo papel central como práticas sociais de emancipação e desenvolvimento humano. Garantir o direito as práticas de esporte e lazer a toda população do Distrito Federal, bem como melhorar e democratizar a utilização dos espaços esportivos e equipamentos de lazer.

Faz-se necessária, portanto, a implementação de políticas esportivas e de lazer articuladas às demais políticas sociais do governo, na busca permanente das condições materiais para a universalização desses direitos. Políticas estas que visam garantir o acesso da população do Distrito Federal e do Entorno as ações contínuas de esporte e lazer, visto que se expressam como necessidades sociais presentes no ambiente de convivência, junto às crianças, adolescentes, aos jovens, adultos e idosos, assim como também (principalmente) junto às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Constatamos uma demanda crescente da população por esporte recreativo e lazer. Neste sentido o programa do novo Governo Democrático e Popular deve incentivar a formação de uma cultura esportiva, de acesso democrático para toda a população às práticas esportivas bem como a utilização das dependências dos espaços públicos, esportivos e de lazer.

11 – Gestão Pública, Participação Popular e Cidadania

Gestão Pública transparente com participação popular e controle social dos serviços públicos. Funcionamento pleno e democrático de todos os Conselhos de Políticas Setoriais do DF (Educação, Saúde, Segurança, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Habitação, Transportes, Ciência&Tecnologia, Desenvolvimento Econômico, etc.).

Construir uma gestão pública não perdulária, focada nos resultados para atender bem aos cidadãos, valorizando os profissionais do serviço público na execução das suas tarefas, assegurando-se ao servidor público recrutado por concurso público profissionalização e acesso aos cargos de gerência, chefia e direção; recuperando-se seus ganhos salariais e benefícios sociais e de saúde; demarcando que a gestão do serviço público não pode ser delegada ao interesse privado. Assim como a gestão de empresas privadas os órgãos públicos podem ser administrados de forma eficiente, austera, econômica e competente na execução das suas responsabilidades e competências.

Resgatar a prática do Orçamento Participativo, como metodologia de política pública permanente na definição democrática de prioridades dos investimentos públicos do GDF.

12 – Energia e Saneamento Básico

O Distrito Federal ainda se ressentir de medidas tendentes a otimizar a prestação dos serviços de energia, de modo a que cheguemos ao padrão ideal de atendimento eficaz e sem interrupção a 100% das residências e estabelecimentos, urbanos e rurais.

Promover no Distrito Federal investimentos nos setores de energia elétrica (geração e distribuição), gás, política de abastecimento de combustível (combate aos cartéis de combustível) é essencial.

➤ PROPOSTAS:

1. Garantir a não privatização da empresa Companhia Energética de Brasília – CEB, mantendo a condição de empresa de concessão do serviço pública de energia.
2. Permitir ao Distrito Federal e à sua população, por meio da expansão da geração própria da CEB, o suprimento do insumo estratégico que é a energia elétrica, para que a economia cresça, gere empregos e melhore a qualidade de vida.
3. Tornar a CEB uma empresa estatal eficiente e efetivamente pública, sob controle da sociedade, por meio da participação no conselho de administração de representantes dos seus vários segmentos.
4. Dotar a CEB da infra-estrutura necessária para melhorar as condições de atendimento pessoal, telefônico, ou eletrônico, aos seus clientes, os verdadeiros donos da empresa, com vistas a minimizar o tempo de solução dos problemas.
5. Investir substancialmente no sistema elétrico da CEB, de modo que o produto seja equivalente em todas as cidades do Distrito Federal e os serviços aí prestados tornem-se referências nacionais em termos de qualidade.
6. Viabilizar a participação da CEB em serviços públicos de telecomunicações e comunicação de massa como instrumento que alavanque políticas públicas no setor de infra-estrutura do Distrito Federal, agregando valor à sua infra-estrutura.
7. Universalizar o acesso à energia elétrica, levando-a a toda a população do Distrito Federal – incluída a das áreas rurais – com tarifas justas e elevado padrão de qualidade.

8. Aproveitando a capilaridade de fibra ótica instalada em todo DF, projetar o feitiço da telemedição em tempo real de todos os consumidores, no intuito de, como é hoje na telefonia, oferecer ao consumidor, possibilidades de consumo com descontos tarifários em horários predeterminados pela concessionária, podendo assim atenuar o horário de pico, que faz com que o distribuidor de energia invista pesado, para poder atender a demanda máxima, que é em torno de três horas ao dia, ficando o resto do tempo com o sistema quase ocioso.
9. Fazer da iluminação pública das cidades do Distrito Federal uma referência nacional em termos de qualidade e eficiência energética, se possível estendendo-a aos pátios das escolas públicas, visando à segurança dos alunos de cursos noturnos.
10. Utilizar o potencial técnico e financeiro, da empresa-cidadã que deve ser a CEB, orientando a comunidade com correção do fator de potência para grandes consumidores e subsidiando a aquisição de lâmpadas econômicas para a população de baixo consumo, para eliminar o desperdício de energia elétrica em todos os segmentos da sociedade: comércio, indústria, residências, escolas, hospitais, metrô, repartições públicas, etc.
11. Estimular a ação da CEB como patrocinadora e fomentadora de eventos educativos e culturais de largo alcance popular no Distrito Federal, pondo em prática, assim, sua condição de empresa-cidadã.
12. Garantir que todo empreendimento energético respeite o meio-ambiente, com planejamento de impacto ambiental e proteção à população atingida.
13. Viabilizar a substituição de geladeiras antigas de baixo rendimento, para as populações de baixa renda, dentro dos programas de conservação e diminuição do consumo de energia.
14. Destinar recursos para desenvolver fontes alternativas de energia como a solar, a eólica, biodiesel, biomassa, célula de combustível, e outras com vistas a diversificar a matriz energética do Distrito Federal.
15. Destinar recursos de Pesquisa e Desenvolvimento, juntamente com a Universidade de Brasília, para o conhecimento e desenvolvimento em favor da sociedade.
16. Viabilizar a oferta de gás natural no Distrito Federal, para expandir a produção de energia, desenvolver a sua distribuição canalizada, fomentando o desenvolvimento

local, e incentivar a sua utilização em veículos, para reduzir a emissão de gases tóxicos e o custo do transporte.

O saneamento básico do DF pode e deve ser melhor. Pagamos um preço elevado pela privatização branca a que foram submetidos a Caesb, o SLU e a Novacap, onde os interesses dos empreiteiros e de empresas terceirizadas predominam sobre o interesse público. Essa situação eleva custos, fazendo subir as tarifas e diminuir a qualidade dos serviços ofertados à população, ao mesmo tempo em que provoca danos ambientais inaceitáveis. Caesb, SLU e Novacap são hoje órgãos públicos frágeis, dirigidos como se fossem empresas privadas, sem subordinar suas prioridades às necessidades da população, que paga as tarifas e as taxas e sem controle social sobre suas atividades. “Desprivatizar” o saneamento básico do DF é uma necessidade para a melhoria da prestação dos serviços.

É preciso reorganizar e integrar a prestação dos serviços de saneamento básico no DF. O SLU, a Caesb e a Novacap devem ser reestruturados e capacitados, para que prevaleça o interesse público, e não o das empreiteiras, e assim, possam prestar serviços de qualidade a toda a população, aos menores custos. A integração do saneamento básico com as políticas de habitação, saúde e meio ambiente deve ser garantida.

Muitos dos nossos problemas têm melhor solução se equacionados em conjunto com os Municípios do Entorno. Por isso, é indispensável promover o consorciamento do DF com esses Municípios para a gestão do saneamento.

A coleta e o tratamento do esgoto sanitário seguirão semelhantes diretrizes de preservação ambiental. Os efluentes de estações de tratamento de esgotos (ETE's) somente poderão ser lançados em corpos receptores após rigoroso controle e certificação da sua qualidade não poluente. Também poderão ser utilizados na rega de jardins, canteiros, limpeza de equipamentos públicos e uso industrial.

As estações de tratamento de esgoto não estão sendo operadas adequadamente (seis anos depois de inaugurada, a estação Melchior, a maior do DF, ainda não atingiu os níveis projetados de eficiência) e o lodo e o gás metano produzidos nas estações não estão sendo gerenciados adequadamente. Perdas de água crescentes revelam um desperdício de água inaceitável, decorrente da falta de prioridade para a qualidade dos serviços, com a empresa focada em obras muitas vezes superdimensionadas e quase sempre contratadas a preços injustificadamente elevados.

Para isso, a manutenção das ETE's, deve feita com pessoal capacitado e comprometido com a política ambiental do Governo e da Caesb, invertendo o processo de sucateamento em curso.

➤ Resíduos Sólidos

Somos uma triste exceção entre as maiores cidades brasileiras, pois ainda colocamos nossos resíduos sólidos em um “lixão” que contamina o solo, o ar e a água, e onde trabalham em condições subumanas centenas de pessoas, inclusive crianças, catando material reciclável. Aliás, em quase todas as instalações do SLU o que se vê é gente trabalhando em condições degradantes para separar materiais recicláveis do lixo. Nosso programa de coleta seletiva é pouco abrangente, tem baixa adesão e sua operação depende da exploração de catadores cujo trabalho não é remunerado. Nossas cidades vivem sujas em razão da ausência de um programa consistente de reciclagem dos resíduos da construção civil e da omissão da fiscalização. Entulhos e lixos nos logradouros públicos entopem o sistema de drenagem, causando alagamentos e contribuindo para que o DF seja um campeão de dengue. É preciso desenvolver soluções conjuntas com os Municípios do Entorno para solucionar problemas que comprometem a saúde pública e o ambiente onde vivem 3,6 milhões de pessoas.

➤ Águas Pluviais

Problemas crônicos se acumulam na área de drenagem urbana. A Novacap não dispõe da mínima estrutura técnica necessária para gerenciar um serviço essencial à qualidade de vida e a segurança dos 2,6 milhões de habitantes do DF. Por isso, apesar da disponibilidade de recursos para investimentos, provenientes de empréstimos internacionais que teremos que pagar em dólares, as obras necessárias atrasam e resultam muito caras. Assim, convivemos com alagamentos urbanos cada vez mais severos e freqüentes, que causam prejuízos a todos e que ajudam a atravancar o já congestionado trânsito do DF. Sofre também o meio ambiente com a erosão do solo e com o conseqüente assoreamento dos rios.

Para a consecução destas mudanças são necessárias ações de Governo e de gestão da Caesb, das quais se destacam:

- ✓ Estabelecer um Plano de Ação conjunto e colegiado entre órgãos do GDF que tenham interface com o saneamento básico e ambiental;
- ✓ implantar um plano de redução de perdas de água tendo como meta reduzi-lo a um máximo de 20%, por meio da recuperação física das unidades administrativas, operacionais e industriais da Caesb;
- ✓ estabelecer um plano de preservação de pequenas captações e de recuperação daquelas abandonadas nas últimas três gestões;
- ✓ incorporar novos mananciais de abastecimento de água do Ribeirão Bananal, Lago Paranoá e Taquara;
- ✓ ampliar a captação de água com a elevação do nível da Barragem do Descoberto;
- ✓ implantar um plano de ampliação e recuperação das Estações de Tratamento de Esgotos e

controle da qualidade dos efluentes;

- ✓ reestruturar o organograma da Caesb, para dar maior agilidade administrativa na tomada de decisão;

Coerentes com este breve diagnóstico, as principais propostas para este setor são:

- ✓ Promover o planejamento e a gestão integrados do Saneamento Básico no DF, construindo o Plano de Saneamento Básico Integrado do Distrito Federal e definindo prioridades de modo participativo;
- ✓ reprogramar as novas obras, valorizando a eficiência e combatendo o investimento desnecessário; inclusive pelo combate às perdas de água e pelo uso racional da águas disponíveis nos mananciais já utilizados pela Caesb;
- ✓ reestruturar os prestadores públicos com vistas a reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços, valorizando os funcionários de carreira, promovendo a capacitação técnica e gerencial, reduzindo os cargos em comissão e realizando os concursos públicos necessários;
- ✓ implantar mecanismos de controle social nas autarquias e empresas públicas, assegurando a participação de representantes da sociedade nos conselhos de administração dessas últimas;
- ✓ assegurar apoio efetivo dos prestadores públicos ao programa habitacional dirigido à população de menor renda, inclusive na regularização dos condomínios populares;
- ✓ estruturar e desenvolver intenso programa de educação ambiental e mobilização social em saneamento;
- ✓ intensificar a fiscalização para proteger os mananciais e garantir a gestão adequada dos resíduos sólidos;
- ✓ desenvolver amplo programa de combate aos alagamentos provocados pelas águas pluviais abrangendo todas as cidades do DF;
- ✓ implantar programa de coleta seletiva abrangente em todas as cidades do DF e estimular a reciclagem, capacitando e contratando as cooperativas de catadores de material reciclável para trabalharem em condições dignas na seleção dos materiais recicláveis;
- ✓ implantar, em consórcio com os Municípios do Entorno, aterros sanitários regionais, e recuperar ambientalmente o lixão da Estrutural;
- ✓ assegurar que os resíduos da construção civil do DF sejam reciclados e reaproveitados conforme reza a legislação ambiental;
- ✓ melhorar a qualidade do tratamento dos esgotos pela Caesb e estimular o aproveitamento energético do gás metano gerado nas estações de tratamento de esgoto e nos aterros

sanitários, combatendo o efeito estufa;

- ✓ garantir saneamento adequado para a população rural do DF.

13 – Desenvolvimento Agrário e Segurança Alimentar e Nutricional

A estrutura fundiária do Distrito Federal é altamente concentrada. Segundo dados cadastrais do INCRA (2003), o Distrito Federal possui 8,6 mil imóveis rurais com área total cadastrada de 245,3 mil hectares, dos quais, 47,4% titulados; 47% detidos sob a forma de posse; e o restante, na forma mista. Os minifúndios somam 4,8 mil imóveis (57% do total), mas detêm apenas 4,8% da área total dos imóveis. No conjunto, minifúndios e pequenas propriedades totalizam 71,1 mil imóveis detendo área de 34,4 mil hectares, o que equivale a 83% do número total dos imóveis e 14% da área total. No outro extremo, as grandes propriedades somam 540 imóveis, ou 6% do número total, e acumulam área de 22,6 mil hectares, o equivalente a 69% da área total. A realidade de contração da posse da terra no DF é acompanhada do também elevado nível de ociosidade das grandes propriedades. De acordo com os dados do INCRA, 67% da área total das grandes propriedades apresentam-se em situação de improdutividade.

Essa concentração é ratificada quando se analisa os dados do Censo Agropecuário 2006, divulgados pelo IBGE, que contabiliza no DF 3.955 estabelecimentos com área total de 251,3 mil hectares. Mais da metade desses estabelecimentos (51,5%) têm áreas de até 10 hectares, os quais apropriam somente 3,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Distrito Federal. Já os 30 estabelecimentos situados na faixa de área de 1.000 hectares e mais, que representam 0.7% do número total, concentram área de 65,4 mil hectares, ou 26% da área total dos estabelecimentos do DF. Esta área sob o domínio desses estabelecimentos supera em 9,2 mil hectares a área de todos os estabelecimentos com até 100 hectares cujo número equivale a 88%, e a área, a 22% da área total.

Especificamente no caso da agricultura familiar, esta compreende 1.824 estabelecimentos agropecuários no DF com área acumulada de 10.867 hectares. Significa que os estabelecimentos familiares participam com 46.1% do número de estabelecimentos do DF e com somente 4% da área total. Já os não familiares detêm 96% da área total e participam com 54% do número. A área média dos estabelecimentos familiares é de 6 hectares enquanto a dos patronais é de 113 hectares. De outra parte, os dados expostos evidenciam a esqualidez da agricultura familiar no DF, cujos indicadores econômicos e sociais discrepam da situação em âmbito nacional.

Uma política rural para o Distrito Federal precisa preservar essa área e conter a concentração e especulação imobiliária que não para de crescer. É preciso realizar um diagnóstico das terras públicas rurais, tanto sob domínio do GDF como da União. Não há, entretanto, como definir uma política fundiária e agrícola para o Distrito Federal, sem se discutir a sua integração com as políticas

para a região do Entorno, garantindo a participação dos trabalhadores rurais, agricultores familiares e movimentos sociais.

Um novo modelo de desenvolvimento agrário deve ser calcado na democratização da propriedade, da posse e do uso da terra, na segurança e soberania alimentar e nutricional, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na oferta de políticas públicas de qualidade para o meio rural, no abastecimento do mercado interno, com ênfase na produção agroecológica, e no apoio e fortalecimento da agricultura familiar e dos pequenos e médios produtores rurais.

A política de desenvolvimento agrário e segurança alimentar será implementada de acordo com as seguintes diretrizes:

- ✓ Criar uma Comissão Agrária e Agrícola do Distrito Federal e Entorno para discutir um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, articulando-se com o governo federal e definindo ações fundiárias, agrícolas e complementares de educação, saúde, habitação, saneamento e transporte;
- ✓ implementar, em articulação com o governo federal, ações substantivas de reforma agrária e de ordenamento fundiário, capazes de reparar as deformações e injustiças que dominam a estrutura fundiária do Distrito Federal, revendo as ocupações de terras públicas e os contratos de arrendamento e concessão de uso de terras rurais, à luz da legislação agrária e do cumprimento da função social da propriedade;
- ✓ regulamentar o regime de concessão de uso das terras rurais do Distrito Federal, impedindo a sua privatização e a especulação imobiliária e preservando as terras públicas rurais estratégicas para o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal;
- ✓ estabelecer novo Plano Distrital de Ordenamento Territorial (PDOT), pois o atual avança sobre as áreas rurais, favorecendo a especulação imobiliária, a agressão ao meio ambiente e a redução da produção alimentar no Distrito Federal;
- ✓ apoiar, em articulação com órgãos federais, as ações em áreas rurais das políticas de saúde, educação, qualificação profissional, assistência técnica, crédito, infra-estrutura de produção e comercialização de alimentos, incluído construção e manutenção de estradas vicinais;
- ✓ apoiar aos assentados da reforma agrária, os agricultores familiares e os pequenos e médios produtores na elaboração de projetos para obtenção de crédito e financiamento do Pronaf e outras fonte de financiamento, articulando-se com os beneficiários, o MDA, o MAPA, o INCRA, órgãos públicos estaduais e a rede bancária autorizada (Banco do Brasil, BRB e outros agentes financeiros);

- ✓ apoiar aos assentados e agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), articulando-se com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o MDA e a CONAB, em especial na compra de produtos agrícolas e do leite, inclusive para fins de compor a merenda escolar;
- ✓ desenvolver vigorosa produção agroecológica e fortalecer formas associativas e cooperativas de produção e instalação de pequenas agroindústrias locais;
- ✓ criar condições escoamento e venda em mercados e feiras locais dos produtos produzidos pelos assentados da reforma agrária e agricultores familiares, incentivando e valorizando a produção local;
- ✓ articular-se com os municípios do Entorno e o governo federal, dentro do programa Territórios da Cidadania, coordenado pelo MDA, integrando e potencializando a execução de políticas públicas e garantindo ampla participação e controle social, através dos conselhos setoriais e outros mecanismos na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dessas políticas públicas;
- ✓ desenvolver ações para fortalecer a Educação do Campo e incentivar e fortalecer a cultura regional local, articulando-se, respectivamente com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura;
- ✓ desenvolver ações complementares de geração de trabalho e renda, inclusive de atividade não agrícolas nas áreas rurais, especialmente destinados à juventude, articulando-se com as ações do Programa Bolsa Família, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e os Programa Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como com as ações da Secretaria Nacional de Juventude;
- ✓ elaborar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, onde deverá ser identificadas estratégias, ações, fontes orçamentárias e metas a serem implementadas, bem como as formas de monitoramento e avaliação dos programas implantados. O Plano deverá ser articulado com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal.